

REVISTA ECO-PÓS

<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/index>



Gender and Representation

Rey Chow

Revista Eco-Pós, 2010, v. 13, n. 3, pp 18-37

A versão online deste artigo está disponível em:

<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/issue/view/25>

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Informações adicionais da revista Eco-Pós

sobre: <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/about>

e-mail: ecopos.ufrj@gmail.com

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

Revista Eco-Pós

DOSSIÊ



Gender and Representation¹

Rey Chow²
Duke University

RESUMO

○

PALAVRAS-CHAVE

Eleições • Política • Temática LGBT • Políticas Públicas

Entendida num sentido convencional, estético, “representação” é uma palavra que indica o processo de “criação de signos – coisas que 'sustentam' ou 'tomam o lugar' outras coisas”³. A principal preocupação com o sentido estético de representação, ao menos no Ocidente, sempre foi o mimetismo ou a similaridade. Presume-se que os sinais, que são fictícios, devem ter semelhança com a “realidade” que eles representam. Como fica claro nesta definição básica, o que informa a problemática da representação é uma estrutura binária, na qual uma das partes envolvidas é supostamente uma cópia, uma réplica, um “substituto” objetivado para o outro. Essa estrutura binária continua a ser a fonte de debates controversos sobre as representações. A presença de duas partes, logicamente permitindo uma diferenciação entre elas, também, inevitavelmente, leva a um processo de hierarquização e de avaliação, de modo que a representação é muitas vezes concebida em termos de uma oposição moral entre noções implícitas de ausência e presença, primaridade e

1 Artigo originalmente publicado com a seguinte referência: “*Gender and Representation* by Rey Chow. Excerpted from *Feminist Consequences* edited by Elisabeth Bronfen and Misha Kavka. Copyright © 2001 Columbia University Press. All rights reserved.”

A equipe editorial da Eco-Pós agradece a gentil autorização da Columbia University Press para a publicação inédita em português.

2 Marco Aurélio Maximo Prado é professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do CNPq/Fapemig. Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG.

3

secundaridade, originalidade e derivação, autenticidade e falsidade, e assim por diante, que são atribuídos, respectivamente, para as duas partes envolvidas. Portanto, embora seja possível, quando se discute a representação, pensar em diferentes práticas representativas - como literatura, arte, música, arquitetura - e também por meio das teorias sobre os problemas de representação, como as de autor, meio, respostas de leitores e audiências, é virtualmente impossível evitar, mais cedo ou mais tarde, as implicações de valor embutido da estrutura de duas partes que está subjacente à definição de representação. Porque a representação pode, pelo menos na sua utilização tradicional, de fato ser reduzida a re-apresentação mimética - uma reprodução de derivativos que imita, que tenta se parecer com a coisa que está representado. A representação tem sido criticada em várias fontes. No século XX, por exemplo, as teorias dos formalistas russos da arte como estranhamento (ao invés de reflexão) da realidade, o foco nas ambiguidades da linguagem (e não no contexto histórico das obras literárias) dos *Anglo-American New Critics*, as tentativas desconstrucionistas Derridarianas para salientar a temporalidade e a irredutibilidade da significação em si configuram-se nas subverções avante-garde das conotações clássicas de representação.

O que significa tudo isso em termos de gênero? Assim como a representação, gênero, quando considerado a partir de uma perspectiva convencional, heterossexual, também é uma estrutura de duas partes, envolvendo a diferenciação entre homens e mulheres. Neste caso também, a diferenciação convencionou-se um processo de avaliação hierárquica. O exemplo mais notório aqui é a noção de "inveja do pênis" desenvolvida por Freud em suas interpretações da sexualidade feminina. Na clássica perspectiva freudiana, a posse de um órgão físico específico, o pênis, não só representa a diferença entre meninos e meninas, mas também se torna uma marca de ausência e de inferioridade na menina em comparação com o menino, que é defendida como a norma. Como a controvérsia sobre a representação, o problema mais comum apresentado no gênero é que um termo na estrutura binária é geralmente tomado como a origem autêntica e um padrão pelo qual o segundo termo é julgado e considerado insuficiente. Mais uma vez, o processo

de diferenciação torna-se um processo de determinação do valor.

A interseção entre a representação como uma prática "geral" e de gênero como um sistema "definido" é uma tarefa difícil. A natureza desta dificuldade é mais evidente na questão da relação das mulheres na representação. Se a representação é, por definição convencional, um processo de criação de coisas que estão diante de algo mais, as mulheres devem ser iguais aos homens na medida em que todos os seres humanos estariam sujeitos às mesmas regras do processo de representação. Mas a experiência comum conta uma história diferente: não são apenas as mulheres muitas vezes impedidas de ocupar posições ativas para criar como os homens o fazem (como artistas, escritores, compositores, promotores de reformas sociais, candidaturas políticas, e assim por diante), mas nos atos de representação dos homens as mulheres são muitas vezes usadas como símbolos de significados que os homens querem transmitir - deusas e *femme fatales* sendo dois exemplos extremos. As mulheres, em outras palavras, têm sido objetivadas o tempo todo como os diversos dispositivos de representação, como os sinais que dão significado moral ou artístico específico em um mundo criado pelos homens. Em seu estudo das relações de parentesco tribal, por exemplo, o antropólogo Claude Lévi-Strauss foi além ao afirmar que as mulheres funcionam, nas sociedades tribais, como meio de troca entre grupos tribais, estabelecendo e determinando as relações entre os homens. As mulheres, portanto, servem como marcadores de limite para os homens em mais de um sentido: a sua diferença fisiológica é utilizada para confirmar a "normalidade" dos homens, enquanto sua intermutabilidade cultural (entre tribos) é fundamental para a aderência e a sociabilidade masculina. Neste "traffic is women", o papel das mulheres na representação não apenas não é igual ao dos homens, mas também diferencia-se em termos de valor. Sendo os meios com os quais os homens se representam para si mesmos e para o mundo, as mulheres são obrigadas a permanecer, em grande medida, passivas.

A dupla natureza peculiar da posição das mulheres no que diz respeito à representação é o que levou Freud a perguntar. "O que quer a mulher?" Pois, apesar da atenção meticulosa que pensadores como Freud e seus seguidores dão à sexualidade, é a sexualidade masculina que é explicada e pouco se conhece

sobre os desejos das mulheres, das mulheres não na posição de símbolo passivo, mas como criadoras ativas. Como forma de reconhecer a complexa, porque a priori, excluída, natureza da questão do desejo das próprias mulheres, Jacques Lacan definiria esta questão em termos de gozo, para designar a área de prazer feminino e subjetividade que está além dos conhecidos contornos da convenção e da imaginação. Mas, nesta elevação das mulheres para o reino do irrepresentável, Lacan parece estar se repetindo, embora com boas intenções, o hábito familiar masculino de usar as mulheres como um símbolo (a partir de representação) para os significados do excesso, o exotismo, ou ainda o misticismo (que estão além da representação).

Neste ponto, é necessário introduzir segunda definição central de representação, que não se afasta a estrutura binária discutida até agora, mas que muda o sentido de "substituição" do estético para o legislativo e político. Representação neste caso se refere à condição de servir como delegado, agente ou representante. Legislativamente e politicamente, o que desempenha a função de "substituição" de algo que não é um objeto ou um símbolo, mas um indivíduo, como no caso de um "representante" para falar ou "representando" um eleitorado específico. Como na representação estética, representação legislativa e política envolve também a transferência de funções entre as diferentes partes de uma estrutura comum, mas desta vez a transferência não é o resultado de uma substituição por sinais abstratos. Pelo contrário, é o resultado de um pequeno número de pessoas sustentadas por um grande grupo, que, presumivelmente, se comprometeu a conceder às pessoas o poder de "representá-las" na sua ausência.

Uma vez que a definição legislativa e de representação política é justaposta à questão de gênero, torna-se possível emergir um tipo diferente de pergunta, concentrado na agência. E se o agendamento surge como uma questão, a noção da política em si deve ser também ampliada a partir do sentido formal e legislativo da política como um ato de poder, em geral, envolvendo a capacidade de falar pelos outros, mesmo além da noção estritamente legalista.